O PAPEL DO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM FRENTE AOS CASOS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: AS PRINCIPAIS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E TRATAMENTO

Thaisa Fernanda Fazio Braga[1]
Lídia Regina Costalino Cabello[2]
Ana Kelly Kapp Poli Schneider[3]

[1]Discente do curso de Enfermagem das Faculdades Integradas de Bauru
[2]Orientadora e Docente do curso de Enfermagem das Faculdades Integradas de Bauru
[3]Coorientadora e Docente do curso de Enfermagem das Faculdades Integradas de Bauru

Resumo

Este estudo aborda a violência doméstica contra mulheres, destacando o papel da enfermagem no seu enfrentamento. No contexto brasileiro, este tipo de violência persiste como um grave problema de saúde pública. O objetivo deste estudo foi compreender como os profissionais de enfermagem contribuem para o reconhecimento, prevenção e tratamento da violência doméstica e analisar os desafios que enfrentam nessa missão. A metodologia incluiu uma revisão da literatura, no formato narrativo e descritivo, com uma abordagem exploratória, abrangendo artigos científicos, relatórios governamentais, destacando-se os materiais publicados em bases de dados da SciELO, Medline e Google Acadêmico, nos últimos 10 anos (2014 a 2023). Os resultados enfatizam o papel fundamental da enfermagem como o primeiro ponto de contato das vítimas com os serviços de saúde. Profissionais de enfermagem têm a responsabilidade de oferecer um ambiente seguro, identificar casos de violência e fornecer orientações adequadas. No entanto, também foram identificados desafios, como a falta de capacitação adequada, a relutância das vítimas em denunciar os agressores e a necessidade de melhor integração entre os diversos setores de apoio. Em conclusão, a enfermagem desempenha um papel essencial no enfrentamento da violência doméstica, mas são necessárias medidas adicionais, como treinamento contínuo e integração eficaz dos serviços de saúde e políticas públicas sólidas, para melhorar a assistência às vítimas.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Violência doméstica; Papel do profissional da Enfermagem.

Abstract

This study addresses domestic violence against women, highlighting the role of nursing in combating it. In the Brazilian context, this type of violence persists as a serious public health problem. The objective of this study was to understand how

nursing professionals contribute to the recognition, prevention and treatment of domestic violence and to analyze the challenges they face in this mission. The methodology included a literature review, in a narrative and descriptive format, with an exploratory approach, covering scientific articles, government reports, highlighting materials published in SciELO, Medline and Google Scholar databases in the last 10 years (2013 to 2023). The results emphasize the fundamental role of nursing as victims' first point of contact with health services. Nursing professionals have the responsibility to provide a safe environment, identify cases of violence and provide appropriate guidance. However, challenges were also identified, such as the lack of adequate training, the reluctance of victims to report the aggressors and the need for better integration between the different support sectors. In conclusion, nursing plays an essential role in combating domestic violence, but additional measures are needed, such as continuous training and effective integration of health services and solid public policies, to improve assistance to victims.

Keywords: Violence against women; Domestic violence; Role of the Nursing professional.

Introdução

A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno antigo, porém, tem sido cada vez mais evidenciado devido à frequência e gravidade dos casos, especialmente aqueles com desfecho fatal ou com lesões físicas graves, que são amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Essas situações costumam despertar o interesse e discussões entre a população e também entre os profissionais da saúde que assistem a essas vítimas, demonstrando uma postura mais proativa e positiva nesse contexto (ACOSTA *et al.*, 2017).

No entanto, destaca-se que as situações não denunciadas, ou seja, as que se mantém dentro dos lares são frequentemente normalizadas, ignoradas e silenciadas até mesmo por profissionais da saúde, especialmente quando não preparados adequadamente para o atendimento e identificação desta problemática (GOMES *et al.*, 2017).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência contra a mulher é caracterizada como qualquer forma de violência de gênero que possa causar danos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo ameaças, coerção ou restrição da liberdade, tanto em espaços públicos quanto privados. Essa questão representa um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos das mulheres, e pode ocorrer em todas as fases da vida e afetar mulheres de todas as classes sociais, incluindo aquelas que ainda são crianças (BEGNINI *et al.*, 2022).

Os dados obtidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em sua pesquisa mais recente, tendo como base o ano de 2021, constatou que o Brasil registrou 230.861 casos de agressões por violência doméstica, além de 597.623 ameaças. Nota-se que são número expressivos, e se comparados com o ano anterior, 2020, onde o marco foi de 227.753 casos, é evidente a tendência de aumento destes percentuais, ocasionando danos a milhares de mulheres em todo o Brasil (BUENO; LIMA, 2022).

De acordo com o Instituto Maria da Penha e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a Violência Contra Mulher (VCM) é classificada em cinco tipos distintos: (1) Violência Física, que envolve qualquer comportamento que represente uma ameaça à integridade física ou à saúde da mulher; (2) Violência Psicológica, caracterizada por qualquer ação que cause danos à saúde mental ou emocional da mulher, prejudicando o seu desenvolvimento; (3) Violência Sexual, que ocorre quando a mulher é coagida ou forçada a participar de atividades sexuais sem o seu consentimento; (4) Violência Patrimonial, que inclui a posse, subtração ou destruição dos bens materiais da mulher; e (5) Violência Moral, que consiste em difamação ou calúnia, ofendendo a moral e o caráter da mulher (SILVA *et al.*, 2020).

Dessa forma, é essencial que os profissionais de saúde que atendem mulheres vítimas de violência sejam devidamente capacitados para oferecer um atendimento que busque resolver o problema, reduzir o ciclo de violência e evitar que os casos menos graves se tornem complexos. Ademais, a equipe de profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, devem fornecer uma assistência individualizada e de alta qualidade, focando nas necessidades atuais e integrais da vítima, construindo uma relação de confiança (GALVÃO *et al.*, 2021).

A enfermagem é uma ciência do cuidado em constante evolução e adaptada às mudanças no sistema de saúde, com foco na importância do cuidado para o paciente. Profissionais de enfermagem são alertados sobre a violência contra mulheres, já que podem ser confrontados com essas situações em qualquer área de seu trabalho, exigindo conhecimento específico, técnico e competência para proceder com a ação humanizada e transformadora da equipe de enfermagem, que deve ser percebida e sentida pela paciente (LEITE *et al.*, 2022).

De acordo com Ferreira *et al*. (2020) a assistência de enfermagem no tratamento imediato ou de urgência às vítimas de violência doméstica e familiar inclui a realização da anamnese, tratamento dos ferimentos e lesões quando da violência

física, coleta de material para a realização de exames laboratoriais, administração de medicações prescritas, quimioprofilaxia para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) – quando da violência sexual –, orientações acerca do tratamento e da necessidade de acompanhamento. Importante mencionar que o tratamento imediato é assim considerado como sendo o de até 5 dias após o abuso sofrido pela vítima; sendo o tratamento tardio realizado após o período de 5 dias.

Ainda em sede de tratamento imediato, é essencial que haja o encaminhamento da mulher vítima de violência doméstica e familiar para outros setores que façam parte desta rede de assistência, além do envolvimento familiar, proporcionando à vítima conscientização e acolhimento sobre a situação vivenciado, bem como promovendo conhecimento acerca de seus direitos e os mecanismos de proteção à sua disposição (FREITAS *et al.*, 2017).

Os casos em que haja suspeita ou confirmação de violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito dos serviços de atendimento em saúde, seja do setor público ou privado. Dessa forma, o profissional da enfermagem deve notificar ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no prazo máximo de 24 horas a suspeita ou ocorrência da violência contra a mulher (FELTRIN; SILVA; CHEFFER, 2019).

No mesmo sentido, destaca-se que a Resolução n° 564/2017 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) determina no artigo 52 e no §5° a obrigatoriedade de comunicação externa aos órgãos responsáveis criminalmente pela investigação de casos de violência doméstica e familiar, ainda que não haja autorização da vítima, ainda que sem autorização (XAVIER; SILVA, 2019).

A notificação compulsória é uma ferramenta indispensável na avaliação dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. É obrigatória, pois permite estimar investimentos em núcleos de vigilância em saúde e serviços de assistência e cuidados às vítimas, além de promover, desenvolver e aprimorar as redes de proteção (XAVIER; SILVA, 2019).

As mulheres vítimas de violência doméstica e familiar costumam adentrar ao sistema de saúde por meio da Atenção Primária, no entanto, nem sempre revelam os motivos e a verdadeira realidade por trás dos sinais e sintomas apresentados. É fundamental que a equipe de saúde, incluindo os profissionais de enfermagem, estejam atentos à prevenção de qualquer tipo de violência contra as mulheres. Nestes casos, é importante que a equipe multidisciplinar possa prestar apoio e suporte às

vítimas, para que elas se sintam seguras para superar seus sentimentos de angústia, vergonha, humilhação, medo e receio (XAVIER; SILVA, 2019).

Os profissionais da enfermagem devem estar atentos a certos indicativos que possam sinalizar situações de violência doméstica, a fim de direcionar o cuidado de forma adequada. Isso envolve a identificação cuidadosa da vítima, a forma como ela é acolhida, o registro e notificação do caso, a oferta de instruções e assistência, a solicitação de exames de ISTs em caso de violência sexual, a comunicação aos órgãos competentes para amparar a mulher em termos de segurança e saúde psicológica, a observação de atrasos no início do pré-natal, comportamento manipulador e autoritário do parceiro, infecções urinárias recorrentes, dores abdominais, distúrbios sexuais, depressão, ansiedade, estresse pós-traumático, pensamentos ou tentativas de suicídio, problemas psicológicos e hematomas sem explicação (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Além destas medidas supracitadas, é relevante destacar que a enfermagem no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher possui competências relacionadas à educação em saúde. Isso significa que o profissional da enfermagem deve orientar a paciente e promover a ligação entre os serviços de saúde voltados para a Estratégia de Saúde da Família, proporcionando às vítimas atendimento e acompanhamento eficaz (PONTES *et al.*, 2021).

Ainda no âmbito da educação em saúde, considerando o reconhecimento do Sistema único de Saúde (SUS) sobre a violência contra a mulher ser um problema grave e de responsabilidade do poder público no que tange o enfrentamento, é essencial que além de competência quanto a identificação, acolhimento e tratamento, os profissionais da enfermagem possam orientar às mulheres sobre a importância da Lei n° 13.34/2006, especialmente sobre as diretrizes da denúncia e a solicitação de medidas protetivas de urgência (OLIVEIRA *et al.*, 2022; PONTES *et al.*, 2021).

É essencial que a mulher tenha um atendimento priorizado, com base na privacidade e no estabelecimento de um vínculo e respeito com o enfermeiro, de forma que o acolhimento seja pautado em respostas positivas, visando eliminar ou amenizar os danos e o sofrimento causado. Destaca-se que é fundamental que o enfermeiro esteja atento aos sinais e as expressões da vítima, além de não verbalizar ou demonstrar comportamentos julgadores e discriminatórios (BEGNINI *et al.*, 2022).

Assim sendo, há necessidade de melhor compreensão acerca do envolvimento dos profissionais da enfermagem no contexto do atendimento á vítimas

de violência doméstica e familiar, sendo está temática relevante, pois, sabe-se que os casos relacionados a esse tipo de violência são altos, o que demonstra a necessidade de destacar o papel do enfermeiro frente a esses atos, para que as vítimas possam ser mais bem conduzidas, oferecendo um atendimento humanizado e de qualidade a estas mulheres.

Diante disso, este estudo teve como objetivo compreender o papel da enfermagem frente a violência doméstica no reconhecimento e aplicação de medidas de prevenção e tratamento.

Métodos

Esta pesquisa compreende uma revisão da literatura no formato narrativo e descritivo, com uma abordagem exploratória. Para tanto, foram utilizados artigos científicos e materiais publicados em bases de dados eletrônicos, selecionados com base na sua relevância para o tema em questão. A revisão narrativa é conhecida por sua estratégia flexível, dispensando buscas complexas e exaustivas, o que a torna ideal para a estruturação de artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso (FCA, 2015).

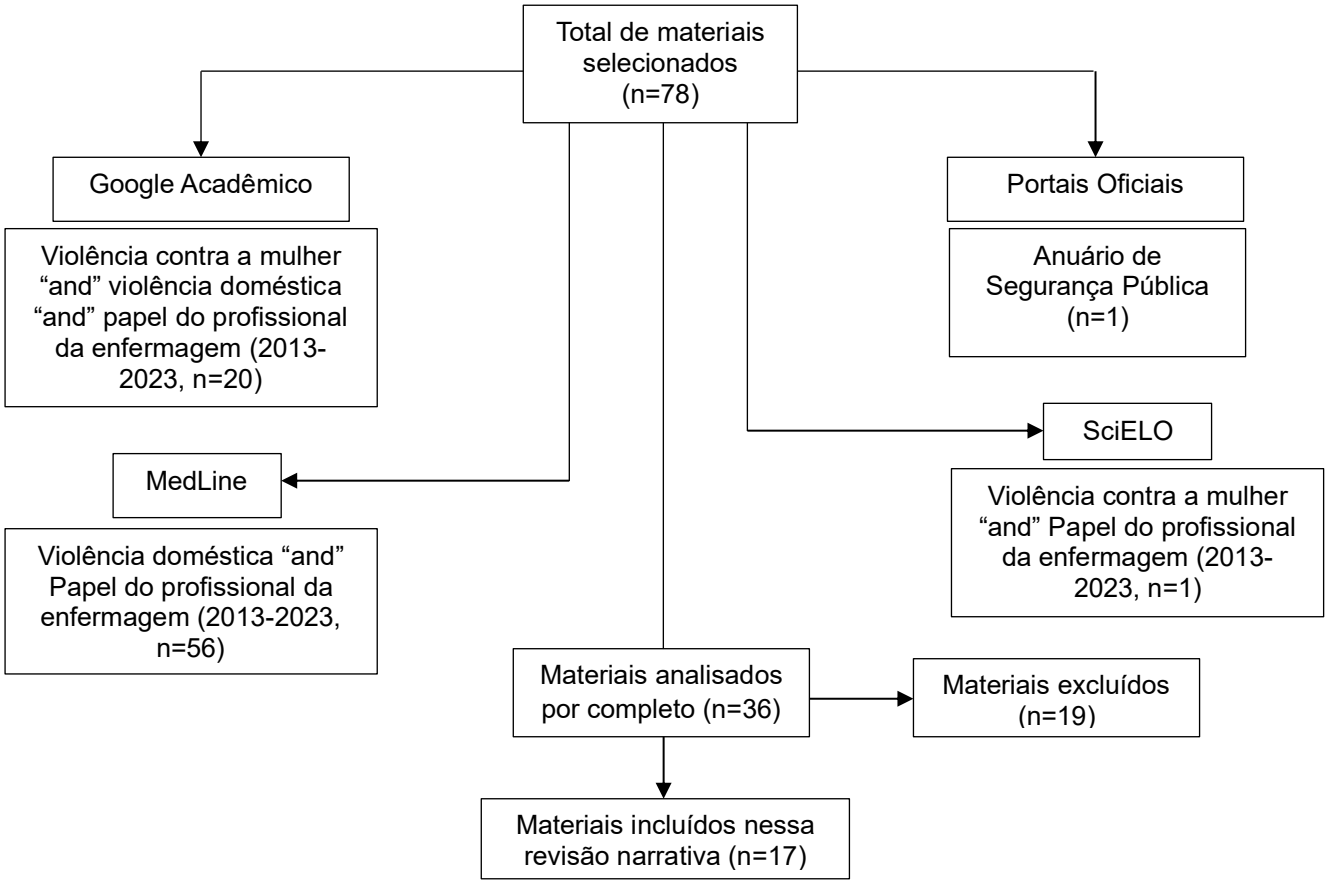
A revisão da literatura é um procedimento de análise e pesquisa em que um conjunto de conhecimentos é descrito com o propósito de apresentar uma solução concreta a uma problemática levantada. Essa metodologia utiliza uma variedade de materiais pertinentes sobre o assunto, como artigos científicos, livros, monografias, relatórios disponibilizados em portais oficiais, teses e dissertações, entre outras fontes de informação (MATIAS-PEREIRA, 2016).

A pesquisa foi realizada com base nos bancos de dados eletrônicos da SciELO, Medline e Google Acadêmico, por meio da utilização dos seguintes descritores: violência contra a mulher, violência doméstica, papel do profissional da enfermagem.

No total da pesquisa, foram encontrados 78 materiais. A partir deles foram incluídos 36 materiais, por meio dos seguintes critérios de inclusão: publicações que se incidiu por meio de textos publicados nos últimos 10 anos, no idioma português e que tanto a temática como a estrutura do material tivessem relação direta com o objetivo deste estudo. Foram excluídos 19 materiais, com base nos seguintes critérios de exclusão: artigos e materiais publicados com mais de 10 anos, em que o idioma da

publicação fosse diverso do português por não apresentarem adequação suficiente ao tema empregado.

Figura 1: Fluxograma da identificação do processo de seleção dos artigos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Resultados e Discussões

A literatura amplamente reconhece o papel essencial do profissional de enfermagem no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Estudos ressaltam que a equipe de enfermagem desempenha um papel fundamental na identificação precoce, no acolhimento e na orientação das vítimas (LEITE *et al.*, 2022). A atuação desses profissionais é muitas vezes o primeiro contato das vítimas com os serviços de saúde, tornando sua sensibilidade e preparo essenciais para oferecer um ambiente seguro e acolhedor para as mulheres compartilharem suas experiências (PONTES *et al.*, 2021).

A equipe de enfermagem desempenha um papel essencial ao proporcionar um cuidado minuciosamente planejado para mulheres em situação de violência, visando estabelecer um ambiente de segurança, respeito e acolhimento, atendendo às suas necessidades. O acolhimento oferecido a essas vítimas vai além de uma simples conversa, escuta atenta e orientação. Os profissionais de enfermagem têm a responsabilidade de promover a autonomia e o autocuidado das mulheres, ampliando as fronteiras do combate à violência. Isso implica não apenas na recuperação física, mental e social, mas também na melhoria da qualidade de vida, prevenção e promoção da saúde (XAVIER; SILVA, 2019).

Devido a relação direta com as mulheres em situação de violência nos serviços de saúde, especialmente através de programas direcionados a elas, os enfermeiros têm um papel fundamental na orientação sobre as redes de apoio disponíveis para aquelas que enfrentam essa realidade. Nesse contexto, o acolhimento emerge como uma ferramenta fundamental nas ações de assistência de enfermagem, atendendo às dimensões científicas, estéticas, individuais, autoconhecimento e éticas do cuidado (LEITE *et al.*, 2022).

Em um momento em que as mulheres buscam cuidados de enfermagem, é de suma importância que a equipe ofereça não apenas a expertise técnica, mas também uma abordagem psicológica e motivadora que seja capaz de instilar esperança. O cuidado de enfermagem, abrangendo diversas perspectivas, desempenha um papel significativo no auxílio às mulheres em situação de violência, promovendo não apenas a cura física, mas também o bem-estar emocional e o empoderamento (GALVÃO *et al*., 2021).

Nesse contexto de assistência, a relação estabelecida entre os profissionais de enfermagem e as mulheres em situação de violência é crucial para fornecer suporte integral, garantindo que elas sejam tratadas com dignidade, respeito e sensibilidade, enquanto são direcionadas para as redes de apoio que podem ser fundamentais para sua recuperação e superação.

Contudo, Morais, Gerk e Nunes (2018) em seus estudos identificaram que muitos profissionais da enfermagem demonstraram a falta de compreensão e preparação para lidar com a assistência adequada às vítimas de violência doméstica e familiar, representando um dos maiores problemas no enfrentamento desta forma de violência contra a mulher. Ademais, os autores relatam que a não verbalização da agressão sofrida pela paciente também é um obstáculo à efetividade da assistência

em atenção básica, o que demonstra que o enfermeiro precisa desenvolver habilidades acolhedoras e que facilitem a conversa com a vítima.

Além das barreiras supracitadas, os enfermeiros enfrentam o receio de colocar em risco a vida de familiares e da própria mulher, além do temor de possíveis represálias por parte do agressor. Esses receios se entrelaçam com a falta de capacitação da equipe multidisciplinar em fornecer apoio adequado em casos de violência contra a mulher, resultando em um impasse no cuidado oferecido. Lidar com situações de maior complexidade demanda habilidades mais avançadas para garantir uma abordagem qualificada e eficaz, com destaque para saber ouvir a vítima, ter sensibilidade e compaixão, além de não deixar que o julgamento pessoal interfira na assistência à mulher (LEITE *et al.*, 2022).

Outro ponto fundamental analisado quanto aos obstáculos e barreiras para uma assistência em enfermagem de qualidade está relacionada a notificação compulsória. A coibição da violência contra a mulher requer a quebra do silêncio por meio de denúncias. A Resolução nº 564/2017 do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) estabelece o dever da enfermagem de atuar na violência contra a mulher, incluindo a comunicação externa para órgãos de responsabilização criminal, independentemente de autorização, em casos de risco à comunidade e à vítima (XAVIER; SILVA, 2019).

Apesar disso, Xavier e Silva (2019) evidenciaram em seus estudos que a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher não é realizada de forma consistente. Dificuldades como a extensão do procedimento, problemas em obter informações por parte das vítimas e a falta de tempo para atendimento humanizado foram apontados como obstáculos para a notificação eficaz. A falta de conhecimento dos protocolos, legislação, fluxos de serviços e trabalho interdisciplinar contribui para sentimentos de impotência entre os profissionais de enfermagem, limitando suas ações e o cuidado oferecido às mulheres em situação de violência.

A demanda excessiva de trabalho, especialmente em unidades de saúde sobrecarregadas, pode limitar a capacidade dos enfermeiros de dedicar tempo e atenção necessários para abordar casos complexos de violência, pois uma das peculiaridades desse tipo de assistência é que demanda tempo e disposição do profissional responsável (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Diante disso, Feltrin, Toso e Cheffer (2019) afirmam que para efetivamente combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, é essencial estabelecer

uma conexão sólida entre o setor de saúde e outros serviços relevantes. Isso inclui a capacitação abrangente dos profissionais e a criação de serviços de saúde, bem como equipes multidisciplinares, que possam deliberar e executar políticas de atendimento às mulheres em situação de violência. Essas ações devem visar a implementação de intervenções mais ágeis e eficazes, reduzindo a burocracia e garantindo assistência adequada em todos os casos de violência.

Além das medidas supracitadas, é preciso ressaltar que nem sempre as medidas protetivas estabelecidas pela legislação contra os agressores são suficientes para coibir com a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com Feltrin, Toso e Cheffer (2019) muitas mulheres relatam não ser o primeiro caso de agressão sofrida pelo parceiro, e em alguns casos, as agressões são reincidentes, ou seja, já foram registradas denúncias e já foram aplicadas medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, mas não foram suficientes para afastar o agressor da vítima.

Ademais, há casos em que as próprias vítimas não denunciam o agressor, seja por medo de sofrer represálias do agressor, em função da insuficiência das medidas protetivas, como pelo descrédito no sistema de justiça e pela falta de informações adequadas sobre seus direitos (FELTRIN; TOSO; CHEFFER, 2019; BEGNINI *et al.*, 2022).

Outro ponto a ser destacado é que muitas mulheres, mesmo após as denúncias contra o agressor, acabam por reatar os relacionamentos afetivos e voltam a coabitar com os mesmos. Isso ocorre, na maioria das vezes, em função da baixa instrução e nível de escolaridade das vítimas, além da dependência financeira dos parceiros/agressores, o que as leva a se manterem na condição e na submissão dos agressores, demonstrando ainda a falta ou insuficiência de medidas e políticas públicas e assistenciais para assegurar à estas vítimas medidas necessárias para saírem com segurança do cenário e do ciclo de violência que vivem (SILVA *et al*., 2020).

Colaborando com este estudo, tem-se a pesquisa realizada por Gedrat, Silveira e Almeida Neto (2020) a respeito do perfil dos agressores e as influências multifacetadas da violência doméstica e familiar contra a mulher. Os autores identificaram que 70% dos agressores possuem entre 32 e 46 anos, baixa escolaridade, e boa parte destes fazem uso de álcool e drogas ilícitas, o que demonstra uma forte associação à cultura machista que ainda é predominante nos lares familiares. Isso porque, segundo os autores, a baixa escolaridade se associa

diretamente com a manutenção da desigualdade de gênero, e consequentemente, com comportamentos agressivos baseados na teoria de dominação sob a mulher.

É essencial destacar ainda que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo que vai além de fatores individuais. A cultura patriarcal, as desigualdades sociais e de gênero, juntamente com a influência da religião, podem contribuir para a perpetuação desse tipo de violência. Por exemplo, a pesquisa revela que mulheres evangélicas, muitas vezes, se sentem coagidas a não denunciar seus agressores devido a pressões religiosas (GEDRAT; SILVEIRA; ALMEIDA NETO, 2020).

A existência de uma rede de apoio é essencial para garantir que as mulheres vítimas de violência doméstica recebam suporte abrangente. No entanto, a eficácia dessa rede nem sempre é garantida. A prática do encaminhamento, que envolve a ligação entre diferentes serviços de assistência, como a Estratégia de Saúde da Família, muitas vezes esbarra em desafios operacionais (XAVIER; SILVA, 2019). A falta de comunicação eficaz entre diferentes setores e a ausência de um sistema de referência e contrarreferência integrado podem levar a lacunas no cuidado e na proteção oferecidos às vítimas.

Para aprimorar o papel do profissional de enfermagem no atendimento às vítimas de violência doméstica, é imperativo implementar medidas de capacitação e reciclagem regulares. A sensibilização para a problemática, a compreensão dos indicativos de violência e o aprimoramento das habilidades de comunicação podem fortalecer a abordagem dos enfermeiros no acolhimento e orientação das vítimas (GALVÃO *et al.*, 2021). Além disso, a integração da rede de apoio exige uma colaboração efetiva entre os serviços de saúde, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil. O desenvolvimento de um sistema de referência e contrarreferência ágil e bem estruturado é crucial para garantir que as vítimas recebam o cuidado e o suporte necessários em todas as etapas do processo.

Portanto, para enfrentar efetivamente a violência contra a mulher, é fundamental uma abordagem que vá além das medidas individuais, envolvendo ações coordenadas entre os setores de saúde, educação, segurança, justiça e assistência social. Além disso, é necessário promover a igualdade de gênero e a cultura de paz, reconhecendo que essa violência é um problema multidimensional que exige uma análise holística e esforços coletivos para erradicá-la.

Conclusão

O estudo teve por finalidade investigar a atuação da enfermagem no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, destacando como esses profissionais desempenham um papel fundamental na identificação precoce, no acolhimento e na orientação das vítimas.

O contexto deste tipo de violência envolve várias questões, relacionando-as áreas: social, política, saúde pública. Diante disso, tem-se como fundamental que a equipe de enfermagem esteja apta a identificar a vítima deste tipo de violência, e saber agir nestas situações com cautela, sensibilidade e profissionalismo, acolhendo a vítima e seus familiares, e conduzindo está no que diz respeito à eventuais denúncias e orientações quanto ao encaminhamento à rede de apoio, sempre que possível.

Contudo, identificou-se que há diversos desafios no que tange ao combate a este tipo de violência contra a mulher, sendo que a dependência financeira em relação ao agressor, a cultura patriarcal e a fragilidade emocional e social da vítima são as maiores barreiras a serem superadas. É nesse sentido que se destaca a necessidade de que a equipe de enfermagem esteja devidamente qualificada a atender essas vítimas, possuindo capacidade técnica, científica e atendimento humanizado.

Para superar tais desafios, é imprescindível a capacitação contínua dos profissionais de enfermagem para aprimorar suas habilidades na identificação de casos de violência e no fornecimento de cuidados adequados. Somente por meio de esforços integrados e uma abordagem multidimensional, pode-se esperar erradicar esse fenômeno devastador.

Este estudo ressalta que a violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema complexo e multifacetado que requer uma abordagem holística e esforços coletivos para erradicá-lo. Os profissionais de enfermagem desempenham um papel essencial nesse esforço, mas sua atuação deve ser apoiada por políticas públicas eficazes, treinamento contínuo e uma rede de apoio abrangente, sendo este indispensável para um direcionamento correto dessas mulheres, evitando assim falhas no intercurso de todo processo.

Referências

ACOSTA, D. F. *et al.* Cuidado à mulher em situação de violência doméstica: representações de enfermeiras (os) hospitalares. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 19, p. 1-10, 2017. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/9690/2bae5b5d90fed1b5eb7944d1998cdd5e10d6.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

BEGNINI, M. *et al*. A atuação do enfermeiro frente à violência contra a mulher na Atenção Primária em Saúde. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 5, p. 1-11, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/28054/24473. Acesso em: 14 mar. 2023.

BUENO, S.; LIMA, R. S. (coord). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4. Acesso em: 13 mar. 2023.

CORDEIRO, A. S. *et al*. Importância do papel da enfermagem no atendimento à mulher vítima de violência e violência doméstica. **Revisa**, v. 11, n. 4, p. 527-537, 2022. Disponível em: http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/viewFile/944/880. Acesso em: 15 mar. 2023.

FCA. Faculdade de Ciências Agronômicas. **Tipos de Revisão de Literatura**. Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos. UNESP Campus de Botucatu. Botucatu, 2015. Disponível em: https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

FELTRIN, B.; SILVA, L. T.; CHEFFER, M. H. Ser enfermeiro e o cuidado a mulheres vítimas de violência doméstica: situações vivenciadas. **Varia Scientia-Ciências da Saúde**, Cascavel, v. 5, n. 2, p. 143-152, 2019. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/23533. Acesso em: 29 mar. 2023.

FERREIRA, M. M. S.; PINTO, W. M. O papel de enfermagem na assistência a mulheres vítimas de violência em um hospital público no município de Serra Talhada-PE. **Revista Multidisciplinar do Sertão**, Serra Talhada, v. 2, n. 4, p. 533-545, 2020. Disponível em: https://revistamultisertao.com.br/index.php/revista/article/view/313/172. Acesso em: 28 mar. 2023.

FREITAS, R. J. M. *et al*. Atuação dos enfermeiros na identificação e notificação dos casos de violência contra a mulher. **HU rev,** Juiz de Fora, p. 91-97, 2017. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-946414. Acesso em: 04 abr. 2023.

GALVÃO, R. L. *et al*. Atuação dos profissionais de enfermagem frente às mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2021. Disponível em:

https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5165/3497. Acesso em: 15 mar. 2023.

GEDRAT, D. C.; SILVEIRA, E. F.; ALMEIDA NETO, H. Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 342-358, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/DYRrTKrBg3WjSLjXxGjByzM/#. Acesso em: 25 ago. 2023.

GOMES, N. P. *et al*. Significado da capacitação profissional para o cuidado da mulher vítima de violência conjugal. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 683-689, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/RjxNhgHXyKsxypS9kcTD5rq/?lang=pt&format=html. Acesso em: 30 mar. 2023.

LEITE, P. M. G. *et al*. Atuação do enfermeiro na atenção básica frente a mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 3, p. e39911326728-e39911326728, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26728/23524. Acesso em: 31 mar. 2023.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Atlas, 2016.

MORAIS, B. L. A.; GERK, M. A. S.; NUNES, C. B. Enfermeira da Estratégia de Saúde da Família: abordagem frente à mulher em situação de violência. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 21, n. 240, p. 2164-2167, 2018. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-33085. Acesso em: 31 maio 2023.

OLIVEIRA, F. T. L. *et al*. O trabalho do enfermeiro frente a violência doméstica contra as mulheres. **Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde**, Brasília, v. 4, n. 4, p. 63-72, 2022. Disponível em: https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/download/448/235. Acesso em: 29 mar. 2023.

PONTES, A. F. *et al*. Papel da enfermagem na prevenção ao feminicídio. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 13, p. 1-14, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21350. Acesso em: 31 mar. 2023.

SILVA, B. R. S. *et al.* O papel do enfermeiro frente às vítimas de violência doméstica no brasil. **Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico**, Boa Vista, v. 7, n. 3, p. 98-120, 2020. Disponível em: https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/pkcroraima/article/view/1168/1015. Acesso em: 15 mar. 2023.

XAVIER, A. A. P.; SILVA, E. G. Assistência de enfermagem no atendimento de mulheres em situação de violência na atenção básica. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, Valparaíso de Goiás, v. 2, n. Esp. 2, p. 293-300, 2019. Disponível em: https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/279/217. Acesso em: 29 mar. 2023.